

Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

Jeanine Mafrá Migliorini
(Organizadora)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Arquitetura e urbanismo: patrimônio, sustentabilidade e tecnologia 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizadora: Jeanine Mafra Migliorini

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura e urbanismo: patrimônio, sustentabilidade e tecnologia 2 / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-316-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.160211607>

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra (Organizadora). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A arquitetura desde sua origem é carregada de significado e simbolismo. Desde construções como Stonehenge, uma construção não habitável, estamos cercados de desejos e representações, na maioria das vezes implícitas, sobre o poder do homem diante da natureza e diante dos demais. Essa necessidade de expressão percorre toda história e é atestada pela arquitetura que resiste ao tempo. Basta um olhar mais atento para percebermos os indícios e assim podermos mergulhar em um universo de possibilidades de interpretação dessa arquitetura. Nos artigos apresentados nos deparamos com alguns desses monumentos de resistência da história, testemunhos de um tempo que muito tem a nos dizer, a nos orientar e conduzir por reflexões acerca de nossa realidade, e o que se projeta para o futuro.

O poder da arquitetura sobre nossas atitudes é muito mais amplo do que se percebe em um primeiro olhar, em consequência disso a produção desse espaço merece um cuidado que vai além da decisão da técnica. Produzir um lugar de viver, em qualquer escala, é trabalho que necessita de análises de condições ambientais, tecnológicas e sociais. Perceber o usuário do espaço, entender suas necessidades e muitas vezes limitações cotidianas é fundamental para o trabalho; assim como passando à outra escala, mais ampla, as consequências das decisões sobre o ambiente, quais escolhas e como elas refletem no meio em que vivemos.

Todos esses processos que envolvem a arquitetura e o urbanismo trazem uma grande responsabilidade aos seus produtores, que oferecem consequências imediatas e outras tantas que perdurarão por muito tempo, então é através de um trabalho consciente, amplo em suas reflexões que chegaremos, cada vez mais próximos a um produto equilibrado ambientalmente, socialmente, simbolicamente, que alcance uma das maiores premissas da arquitetura: o equilíbrio entre a forma e a função.

Boa leitura e ótimas reflexões!

Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O RECONHECIMENTO DOS BENS CULTURAIS COMO SUPORTE AO RESTAURO NA ATUALIDADE

Juliana Cunha Barreto

Virginia Pitta Pontual

José Manuel Aguiar Portela da Costa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116071>

CAPÍTULO 2..... 13

AVALIAÇÃO QUALITATIVA DAS INFORMAÇÕES PARA A CONSERVAÇÃO DE BENS ARQUITETÔNICOS DE ACORDO COM OS TIPOS DE INVENTÁRIOS CIENTÍFICOS NACIONAIS

Ana Paula Ribeiro de Araujo


Ricardo Ferreira Vieira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116072>

CAPÍTULO 3..... 29

OLINDA, DO MARTÍRIO À GLÓRIA: A HISTÓRIA DA CIDADE MONUMENTO NACIONAL ATRAVÉS DO PROCESSO DE TOMBAMENTO DO IPHAN (1972-1980)

Camilla Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116073>


CAPÍTULO 4..... 44

O MERCADO MUNICIPAL DE TAUBATÉ: ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Claudia Maria de Moraes Santos

Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali


Valéria Regina Zanetti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116074>

CAPÍTULO 5..... 54

O TESTEMUNHO DA FORMA - MODIFICAÇÕES DOS EDIFÍCIOS HISTÓRICOS DO BAIRRO DE SÃO JOSÉ


Maria de Lourdes Carneiro da Cunha Nóbrega

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116075>

CAPÍTULO 6..... 68

ARQUITETURA SERTANEJA: CONTRIBUTOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL DA REGIÃO SERIDÓ POTIGUAR

Maria Rita de Lima Assunção

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116076>


CAPÍTULO 7..... 82

PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO: MAPEAMENTO DAS AÇÕES DO COMITÊ GESTOR NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS TURÍSTICAS QUE SE ARTICULAM COM

A PRESERVAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO CAIS DO VALONGO

Aline Karina de Araújo Dias

Joseane Paiva Macedo Brandão


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116077>

CAPÍTULO 8..... 99

INCURSÕES POR PAISAGENS ART DÉCO: CONEXÕES SÃO PAULO-BAHIA

Maria Ângela Barreiros Cardoso

Saïde Kahtouni

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116078>


CAPÍTULO 9..... 116

O CONCEITO DE INTEGRIDADE NA CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA

Allana de Deus Peixoto

Carlos Eduardo Luna de Melo

Flaviana Barreto Lira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116079>


CAPÍTULO 10..... 128

CASAS MODERNISTAS COMO PATRIMÔNIO EM CACHOEIRA DO SUL

Ana Elisa Souto

Laline Elisangela Cenci

Renata Venturini Zampieri


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160710>

CAPÍTULO 11..... 139

MODERNISMO EM MACEIÓ: EDIFICAÇÕES ESQUECIDAS DO JARAGUÁ AO CENTRO

Tamires Aleixo Cassella

Letícia Brayner Ramalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160711>


CAPÍTULO 12..... 152

EMIL BERED: HABITAÇÃO COLETIVA MODERNA PORTOALEGRENSE

Angela Cristiane Fagundes

Maitê Trojahn Oliveira

Silvio Belmonte de Abreu Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160712>


CAPÍTULO 13..... 171








ANÁLISE ARQUITETÔNICA DO CLUBE DO TRABALHADOR NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE: TERTULIANO DIONÍSIO, 1962




Vitória Catarine Soares Pereira

Paula Emanuelle Silva Pequeno

Adriana Regina Sarmiento Vieira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160713>

CAPÍTULO 14	184
LIMIARES E DISPUTAS: EXPERIMENTAÇÕES MODERNISTAS NO PLANO AGACHE Thiago Santos Mathias da Fonseca  https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160714	
CAPÍTULO 15	199
LA PLAZA DE ARMAS DE SANTIAGO EN EL SIGLO XVIII: ¿PLAZA CÍVICA, ZOCO O TIÁNGUEZ? Mauricio Baros Townsend  https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160715	
CAPÍTULO 16	214
(RE)CONHECENDO O ÁGUA LIMPA: O RESGATE DA HISTÓRIA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL Amanda Lopes da Silva Fernanda Vieira da Silva Janaina Faleiro Lucas Mesquita Rafaella Lasmaz Bozetti  https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160716	
CAPÍTULO 17	225
CIDADES CRIATIVAS E REQUALIFICAÇÃO URBANA: CONSUMO DO ESPAÇO E DINÂMICA SOCIOESPACIAL NA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CORDEIRÓPOLIS (SP) Eduardo Alberto Manfredini  https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160717	
CAPÍTULO 18	238
A ARQUITETURA HÍBRIDA – UM PARADIGMA TEÓRICO? Larissa Miranda Kravchenko Pedro Henrique Máximo Pereira  https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160718	
CAPÍTULO 19	255
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: TRANSFORMAÇÃO DA CLÍNICA TRADICIONAL DE MUNDOS ISOLADOS EM LUGAR DA MULTITERRITORIALIDADE Sarah Gabriela de Carvalho Oliveira José Gustavo Francis Abdalla  https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160719	
CAPÍTULO 20	267
AMBIÊNCIA E TERRITÓRIO EM PROJETOS EMERGENCIAIS: OS CASOS DE MARIANA E BRUMADINHO Leonardo Valbão Venancio Bruno Massara Rocha  https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160720	

CAPÍTULO 21	278
ARQUITETURA DA ALTERIDADE COMO SUBSÍDIO PARA REQUALIFICAÇÃO DE IMÓVEIS VAZIOS NO BAIRRO DE SÃO JOSÉ (LESTE), NO CENTRO DO RECIFE	
Larissa Fonseca da Cunha	
Andrea Melo Lins Storch	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160721	
CAPÍTULO 22	288
DIMENSÃO RIBEIRINHA COMO REFERÊNCIA DE PROJETO DE ARQUITETURA PARA A AMAZÔNIA	
Tainá Marçal dos Santos Menezes	
Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160722	
CAPÍTULO 23	301
ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA NO NORDESTE BRASILEIRO	
Ruana Rafaela Batista Paiva	
Trícia Caroline da Silva Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160723	
SOBRE A ORGANIZADORA	318
ÍNDICE REMISSIVO	319

O TESTEMUNHO DA FORMA - MODIFICAÇÕES DOS EDIFÍCIOS HISTÓRICOS DO BAIRRO DE SÃO JOSÉ

Data de aceite: 01/07/2021

Data de submissão: 22/04/2021

Maria de Lourdes Carneiro da Cunha Nóbrega

Universidade Católica de Pernambuco, Escola
UNICAP ICAM-TECH
Recife - Pernambuco
<http://lattes.cnpq.br/7085859535655335>

RESUMO: Os sobrados e as casas térreas são tipos arquitetônicos formadores e presentes na paisagem histórica urbana do Recife, que estão em processo de transformação e com risco de desaparecimento. Essas edificações, presentes no tecido da cidade desde a sua colonização, são protagonistas na história da formação da cidade, configurando, através de suas ocupações, a lógica morfológica da cidade tradicional, que passou a ser preservada em sítios históricos, instituídos por lei como zonas de preservação. À luz de uma análise tipológica, com comparação de elementos morfotipológicos das fachadas dos imóveis das Ruas Direita e Calçadas, no bairro de São José, no período compreendido entre as décadas de 1930 e o ano de 2020, das abordagens de Nelson Brissac Peixoto (1990, 2003), Venturi; Brown e Izenour (2003) e conceitos do marketing varejista, como os proferidos por Blackwell; Miniard e Engel (1999), dentre outros autores, apresentam-se as principais transformações morfológicas dos referidos tipos arquitetônicos através do uso dos imóveis pelas atividades de comércio e serviços. Transformações essas que

se constituem ameaças para a preservação da identidade cultural desses sítios.

PALAVRAS-CHAVE: Comércio, Patrimônio Histórico, Morfologia Urbana, Paisagem Cultural.

ABSTRACT: The “sobrados” and the ground-floor houses are architectural types forming and present in the urban historical landscape of Recife, which are in process of transformation and with risk of disappearance. These buildings, present in the fabric of the city since its colonization, are protagonists in the history of the formation of the city, configuring through its occupations the morphological logic of the traditional city, which is now preserved in historical sites, established by law as a conservation area. In the light of a typological analysis, with comparison of morphotypological elements of the facades of the buildings of Rua Direita and Rua das Calçadas, in the neighborhood of São José, in the period between the 1930s and the year 2020, of the approaches of Nelson Brissac Peixoto (1990, 2003), Venturi; Brown and Izenour (2003) and retail marketing concepts, such as those uttered by Blackwell; Miniard and Engel (1999), among other authors, present, the main morphological transformations of these architectural types through the use of the properties by the activities of commerce and services. These transformations constitute threats to the preservation of the cultural identity of these sites.

KEYWORDS: Trade, Historical Heritage, Urban Morphology, Cultural Landscape.

1 | INTRODUÇÃO

As áreas históricas do centro do Recife / PE / Brasil ilustram, através da sua paisagem, o processo de formação da cidade, com o seu antigo tecido urbano que apresenta transformações físicas representativas dos diversos momentos das práticas arquitetônicas e urbanas que nela ocorreram. No processo formador da paisagem urbana ora existente, a atividade comercial esteve sempre presente.

Dentro deste processo formador da paisagem, observa-se que, apesar das áreas históricas serem reconhecidas pelo Poder Público municipal como áreas de preservação de seu patrimônio construído, a arquitetura presente no seu espaço urbano está em um processo de descaracterização. Espaços públicos e edificações são modificados fisicamente em função da presença das atividades comerciais, modificações estas que contribuem para um crescente processo de descaracterização da arquitetura, em especial das áreas determinadas legalmente como sítios históricos.

Na dinâmica urbana que envolve o planejamento da cidade, o comércio de varejo é tomado muitas vezes como alternativa, uma vez que dá a possibilidade de uso a edificações históricas que não mais abrigam o uso habitacional, considerando que este uso passou, nas últimas décadas, a pertencer a bairros periféricos. Este mesmo comércio de varejo também pode ser visto como um problema, uma vez que pode contribuir, como será apresentado no desenvolvimento deste artigo, para um processo de descaracterização dos imóveis que o abrigam.

Todavia, o fato é que o comércio varejista aí está, ocupando à sua maneira o espaço físico, gerando novas formas de relações sociais, movimentando a economia e transformando a imagem da cidade. Assim, a identificação dos processos transformadores da arquitetura presente nos sítios históricos, aqui apresentados, vem contribuir com possíveis ações de controle e planejamento urbano, as quais possam atender tanto às necessidades deste comércio, que dinamiza a cidade, quanto às demandas da preservação e conservação do patrimônio histórico urbano.

Para se compreender o processo de modificação das fachadas aqui descrito, foram analisadas e comparadas as fachadas dos imóveis das ruas situadas em zona de preservação histórica, Direita e Calçadas, do bairro de São José, a partir de registros iconográficos, fotos e desenhos, existentes das décadas 1930, 1970, 1980 (dos arquivos da Prefeitura da Cidade do Recife que subsidiaram a instituição dos Sítios Históricos no Recife, através do Decreto nº 13.957 / 1979), e fotos e desenhos de 2006 (elaborados para tese de doutoramento - In: NÓBREGA, 2008) e de 2020, que atualizam a pesquisa realizada entre 2006-2008.

Em seguida, as transformações morfológicas presentes nos diversos períodos foram analisadas à luz das abordagens de teóricos que tratam tanto da arquitetura quanto da paisagem, como Nelson Brissac Peixoto (1990, 2003) e Robert Venturi, Denise Scott Brown

e Steven Izenour (2003) e, também, por conceitos pertinentes ao *marketing* varejista, que auxiliaram na compreensão das demandas da atividade varejista, uso predominante do comércio que hoje ocupa os imóveis históricos e promovem suas transformações.

2 | O SOBRADO E A CASA TÉRREA - TIPOS QUE DEFINEM A PAISAGEM

Devido à escassez de terras, em um ambiente entrecortado por rios e limitado pelo mar em sua porção leste, o processo de formação inicial do Centro Histórico do Recife / PE (bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista) se deu a partir da construção de edificações que tendiam à verticalização, coladas umas às outras em suas laterais, situadas no paramento da via, em lotes estreitos e compridos. Dessa forma, prevalecia no espaço urbano um tipo de edificação com mais de um pavimento, onde, predominantemente, o comércio ou as atividades de serviços (ligadas ao trabalho escravo) situavam-se no andar térreo, e o uso residencial ou de alojamento situava-se nos andares superiores, ou seja, um tipo de edificação denominada sobrado (figura 01). Segundo Robert Smith (1979, p. 231):

(...) o inventário de 1654 evidencia o fato da maioria das antigas casas do Recife terem no andar de baixo lojas onde a família, que morava no sobrado, estabelecia seus negócios, costume esse que se pode notar através de todo o mundo português e observado frequentemente (sic) pelos viajantes de outros tempos em Portugal, no Brasil e em Goa. Tão generalizado era este costume, que a expressão “loja” era arbitrariamente aplicada ao andar térreo das casas de cidade na terminologia portuguesa antiga, chamando-se, portanto, os andares intermediários, quando existem, “sobrelojas”.

Neste período, havia uma diferenciação entre o mercador que comercializava em lojas de sobrado e aquele que comercializava em lojas de casa térrea. O primeiro fazia-se identificar por mercador de sobrado, comerciante por atacado, que, muito provavelmente, através da mascateação, enriqueceu e estabeleceu seu comércio no sobrado (NÓBREGA, 2008).

Já o comércio situado em casas térreas era, predominantemente, dedicado ao varejo e exercido pelos mercadores de loja, os quais praticavam o trabalho manual de medir e pesar mercadorias (MELLO, 2003, p. 209).

Mas foi sem dúvida no Recife que se antecipou, entre nós, por um conjunto de circunstâncias já sugeridas, o tipo de edifício mais caracteristicamente urbano. Sobrados patriarcais de três, quatro e, na primeira metade do século XIX, até cinco ou seis andares. Sobrado onde as atividades da família – ainda parcial e já burguesa – começaram a espalhar-se em sentido quase puramente vertical mas com o mesmo luxo e a mesma largueza dos espaços das casas-grandes de engenho. Assim, o sobrado que Kidder conheceu no Recife dos primeiros tempos da Independência - casas de seis andares, escreveu ele, “de um estilo desconhecido nos outros pontos do Brasil”. Esse estilo de casa era típico da habitação dos recifenses mais ricos – os comissários de açúcar Os fidalgos do comércio. No andar térreo, ficavam o armazém e a senzala; no segundo, o escritório; no terceiro e no quarto, a sala de visitas e os quartos de dormir; no quinto, as salas de jantar; no sexto, a cozinha. E ainda por cima

desse sexto andar havia um mirante, ou cocuruto, de onde se podia observar a cidade, admirar a vista dos arredores, gozar o azul do mar e o verde dos mamoeiros, tomar fresco. (FREYRE, 2003, p. 152).

Protagonistas de uma paisagem pontuada pelas torres das igrejas, os sobrados e casas térreas modelaram as vias e os espaços da cidade tradicional, conformaram o tecido urbano dos sítios históricos do Recife. E assim, por delimitarem as vias e por, nem sempre, obedecerem alinhamentos existentes (seja de altura, seja da linha do paramento), esses edifícios passaram por um primeiro período de transformação, após a vinda da coroa portuguesa para o Brasil, através da contratação pela Câmara Municipal do Recife, em 1828, do engenheiro alemão João Bloem para ser o “Encarregado da Architectura da Cidade” (SOUZA, 2002).

João Bloem estabeleceu que sobrados e casas térreas deveriam suprimir as biqueiras, bem como estabeleceu alturas para as construções, e também a altura de portas e janelas, a colocação de platibandas e cornijas. Desta forma, os edifícios a serem construídos, e mesmo os existentes, passaram por um processo de transformação nas suas configurações externas, onde platibandas, cornijas e foram acrescentadas, portas e janelas passaram a obedecer à quantidade e altura predefinidas. Essas primeiras regras vieram a integrar o conjunto de regras promulgado em 1839, denominado “As Posturas Adicionais da Architectura, Regularidade e Aformosamento da Cidade” (SOUZA, 2002).

Assim, regularizados e acrescidos de platibandas e cornijas (ornadas ao estilo eclético, em voga no final do século XIX e princípio do século XX), os sobrados e as casas térreas adentraram o século XX, apesar de seu Centro tradicional passar por processos de transformação diversos e modernizadores. São exemplos desta transformação a abertura de avenidas (Dantas Barreto e Guararapes) – fato que demandou a demolição de parte dos edifícios ainda remanescentes de ocupação de séculos anteriores – e mudanças de paradigmas estético-construtivos, a partir do desenvolvimento da Arquitetura Moderna na cidade, no qual a arquitetura tradicional cedeu espaço à linguagem arquitetônica em que se inseria.

Neste âmbito, o poder da resistência de sobrados e de casas térreas remanescentes do tecido tradicional se dá, inclusive, na capacidade de introduzir novos elementos “geometrizados” no tratamento das fachadas, que incorporam parte desta nova linguagem em adornos e/ou elementos construtivos. Portanto, por suas permanências nos sítios históricos até os dias atuais, é possível afirmar que esses edifícios constituem tipos edificados caracterizadores da paisagem dos sítios históricos do Centro do Recife, que vieram a ser instituídos como área de preservação a partir da década de 1980.

3 | TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM HISTÓRICA PELAS MUDANÇAS NOS TIPOS EDIFICADOS

Apesar de os sobrados e as casas térreas ainda predominarem morfológicamente nas áreas históricas do Centro, chama atenção o processo acelerado de transformação desses tipos a partir do século XX, especialmente em virtude de demandas relativas ao uso dos imóveis. Estes, que inicialmente se caracterizavam por abrigar o uso misto (residência e comércio), passaram apenas a abrigar o uso comercial, predominantemente de varejo, com andares superiores ao térreo utilizados para depósito do estoque e/ou administração do negócio, em detrimento ao uso habitacional.

Ressalte-se que é a partir do final da década de 1960 e princípio da década de 1970 que o Recife entra economicamente em uma nova fase de crescente expansão industrial, e a integração das economias regionais levam à institucionalização da Região Metropolitana do Recife (RMR). “A metropolização representou, para o Recife, uma descentralização de atividades e uma redefinição funcional entre espaços da economia” (ZANCHETI *et al.*, 1998, p. 14).

Foi a partir dos anos 1960 que, com incentivo do Poder Público, a indústria automobilística no Brasil cresceu, e no Recife não foi diferente. O crescimento da frota de automóveis contribuiu para a metropolização urbana, de modo que alguns consumidores do varejo, aqueles representantes das classes econômicas mais abastadas, passaram a ser consumidores motorizados. As edificações do Centro também deixaram de ser atrativas para a habitação desta classe motorizada, que procurava novas formas contemporâneas de morar.

Portanto, em áreas periféricas, como a zona sul da cidade (bairro de Boa Viagem) e em direção à zona oeste (bairros Espinheiro, Parnamirim, Casa Forte), localizaram-se os dois maiores vetores de expansão urbana. Para essas áreas migrou a população usuária do transporte automotivo individual, a partir da década de 1960. Junto com esse deslocamento populacional, seguiu-se também o deslocamento das atividades de comércio e serviços especializados dirigidos para o padrão de consumo dessas classes sociais (NÓBREGA, 2008).

Esse deslocamento das atividades de comércio e serviços especializados suscitou um grande impacto para os bairros do Recife, Boa Vista, Santo Antônio e São José, contribuindo para a perda de importância da área central do Recife como localização do comércio especializado e passando a abrigar atividades de comércio e serviços voltadas para os consumidores usuários do transporte público, visto que o Centro abriga rotas terminais e baldeações importantes de ônibus, principal forma de transporte público urbano da cidade.

As modificações dos sobrados e das casas térreas ocorrem, principalmente, por não mais abrigarem o uso residencial de épocas anteriores e passarem a possuir unicamente o uso de comércio e/ou serviços. Assim, o tipo sobrado e o tipo casa térrea remanescentes do

final do século XIX passaram a sofrer rápidas transformações morfológicas, transformações essas que, muitas vezes, estão presentes em trechos contínuos de ruas do tecido histórico e acabam por descaracterizar a paisagem histórica existente.

Assim, abertura de porta(s) larga(s) no térreo (em detrimento de portas estreitas ou portas e janelas), acréscimo de altura da platibanda (com ou sem acréscimo de pavimento superior), marquise aposta na fachada, mudança de inclinação da coberta, modificações nas aberturas que compõem o corpo do edifício, mudança de materiais (de coberta, revestimento de fachadas, entre outras), interligação de dois ou mais imóveis (muitas vezes com unificação dos elementos de fachada), modificações das aberturas que compõem o corpo do edifício, vêm constituir mudanças frequentes verificadas nas fachadas e nos volumes das edificações em consideração aos tipos remanescentes do século XIX que caracterizam a morfologia da cidade tradicional. Esses edifícios são entendidos para fins desta análise como “edifícios modificados”.

No caso da utilização de portas largas, no pavimento térreo, reforça-se a necessidade da vitrine na arquitetura comercial. Vitrine esta que não é necessariamente a caixa de vidro para a exposição de mercadorias, mas o vão através do qual o transeunte visualiza a mercadoria do estabelecimento – quanto maior o vão, melhor a apreensão visual.

As marquises fornecem sombra e proteção aos transeuntes que utilizam os passeios de áreas comerciais. Todavia, as marquises surgem não como um elemento contínuo de cobertura para proteção do transeunte que utiliza o passeio (apesar disto acontecer por consequência), mas, apostas acima das portas largas, surgem da necessidade de proteção das mercadorias ou da loja das intempéries, para esta nova e permanente modificação que é a porta larga.

O sobrado remanescente do século XIX, que nos pavimentos superiores detinha o uso habitacional, passa agora a possuir seus pavimentos superiores para o uso de depósitos e administração do negócio. Muitos depósitos, inclusive, servem a outros comerciantes da área. As transformações ocorridas no corpo do edifício (fechamento ou aberturas de vãos, aumento do número de pavimentos, modificação do coroamento existente) vêm responder a estas novas demandas funcionais do edifício, as quais procuram atender às necessidades da utilização do espaço, seja como depósito, seja como administração, ou mesmo ambos.

O “edifício modificado”, apesar das transformações ocorridas, está inserido na malha urbana do sítio estudado, mantendo certas características de fachada que ainda tornam possível compreendê-lo como edificação remanescente do sobrado ou da loja do século XIX.

Mas, juntamente com os edifícios modificados, surgem também os edifícios descaracterizados. Aqueles que não trazem consigo elementos construtivos ou uma composição de fachada que lhes remetam para a arquitetura do século XIX. Individualmente, este tipo não pode ser reconhecido como edifício de valor histórico.

Edifício de linhas abstratas (com fachadas simplificadas, sem adornos ou proposições

de variedades de elementos arquitetônicos de composição), insere-se volumetricamente na malha urbana histórica, introduzindo novos elementos de composição em relação ao tratamento das fachadas remanescentes do século XIX, mas que nega uma relação compositiva com a arquitetura existente. A única semelhança com o edifício comercial que o antecede historicamente está na sua inserção na malha urbana histórica caracterizada por possuir lotes estreitos e profundos. Sua ocupação é, assim como os sobrados, verticalizada com apenas uma fachada visível ao usuário da via. No entanto, esta fachada responde ao novo programa comercial dos séculos XX e XXI, composto de loja no térreo e depósito nos demais pavimentos (figuras 01 a 07).



Figuras 01, 02 e 03. Descaracterização do imóvel nº 232 da Rua das Calçadas (no centro das fotos) na década de 1970, em 2006 (em laranja) e em 2020 (em verde).

Fontes: figura 01– Prefeitura da Cidade do Recife; figuras 02 e 03 – Maria de Lourdes Nóbrega.



Figuras 04, 05 e 06. Fachadas dos imóveis nº 219, 225 e 229 da Rua Direita, na década de 1970.

Fonte: acervo da Prefeitura do Recife.



Figura 07. Modificação das fachadas dos móveis 219, 225 e descaracterização do imóvel 229 da Rua Direita, com interligação dos três imóveis.

Fonte: Maria de Lourdes Nóbrega, 2020.

Na iconografia pertinente aos anos de 1970 (pertencente aos estudos que subsidiaram a instituição dos sítios históricos no Recife), foram encontrados edifícios que, morfologicamente, não faziam parte da estrutura apresentada para o edifício do século XIX, edifício este que, como já foi dito, representava a loja em sobrado. Esses edifícios, já do século XX, reformados ou reconstruídos no antigo tecido urbano central, haviam incorporado a linguagem do Movimento Moderno da arquitetura, traduzindo em suas fachadas valores compositivos, tais como: fachadas livres, com grandes planos de vidro, estruturas aparentes e independentes (figuras 08 e 09).



Figuras 08 e 09. Edifícios que incorporaram a linguagem do Movimento Moderno da arquitetura no bairro de São José. Década de 1970.

Fonte: acervo da Prefeitura da Cidade do Recife.

Também no século XX, aparecem transformações do edifício histórico ou

substituições desses edifícios por outros que se caracterizam pela supressão dos elementos compositivos do corpo da fachada frontal do edifício, o qual, após reformado, recebe um invólucro com pouco ou nenhum elemento de composição.

Apesar da forma despojada de adornos adotada para o novo volume, não é percebida a intenção de se buscar, nas reformas analisadas, uma modernidade (enquanto estilo arquitetônico), mas de se adequar de forma utilitária às premissas de loja no térreo e depósito/administração nos pavimentos superiores (sem maiores custos para tal). Desta forma, e com base na análise das transformações que ocorrem nas edificações estudadas, os edifícios comerciais descaracterizados são aqui denominados de edifícios *containers* (como demonstra o edifício nº 229 da Rua Direita, ilustrado pelas figuras 06 e 07).

4 | O MARKETING E A LOJA

Neste âmbito, Peixoto (1990 e 2003), Venturi *et al.* (2003) destacam-se como pensadores de uma arquitetura do edifício comercial e suas relações com o espaço urbano. Os conceitos e valores acerca de um novo olhar sobre o cidadão e observador urbano, abordados por esses autores, auxiliam o entendimento e análise do processo de transformação dos edifícios comerciais da cidade, sob o novo contexto da sociedade que se desenvolve sob a ótica do planejamento urbano protagonizado pelas demandas do automóvel.

Peixoto (1990) aponta a observação do espaço urbano através da velocidade imposta pelos automóveis e os meios de comunicação. Neste sentido, ambos modificam a constituição da realidade, influenciando as transformações vigentes, modificando de tal forma as estruturas urbanas que o indivíduo que vive nas grandes cidades é

“um passageiro metropolitano: em permanente movimento, cada vez mais longe, cada vez mais rápido. E esta crescente velocidade determinaria não só o olhar, mas sobretudo o modo pelo qual a própria cidade, e todas as outras coisas, se apresentam a nós” (PEIXOTO, 1990, p. 361).

Peixoto diferencia o olhar do pedestre, usuário da estrutura urbana anterior ao século XX, do passageiro em veículo automotivo, usuário das cidades contemporâneas, o veloz transeunte urbano. As cidades “tradicionais, anteriores ao século XX, eram feitas para serem vistas de perto, por alguém que andava devagar e podia observar o detalhe das coisas” (PEIXOTO, 1990, p. 361), cidade onde o ornamento e detalhes da arquitetura construiriam a representação.

A herança deixada pela estética do século XIX como legado ao atual transeunte urbano consistiria no entendimento da participação deste transeunte em todos os fenômenos que ocorrem no espaço público. Assim, Peixoto atribui esta nova linguagem do edifício galpão a uma interpretação da linguagem da arquitetura pós-moderna, que transforma os edifícios em murais, letreiros, telas. “Painéis luminosos que reproduzem

castelos medievais ou haciendas mexicanas. Assim no espaço urbano, [...] Em vez de se construir a representação, se representa a construção” (PEIXOTO, 1990, p. 362).

Esta nova maneira de interpretação do lugar, constituído então de uma arquitetura que atua como suporte de placas e letreiros, acarreta, conseqüentemente, uma mudança de identidade desse lugar: “O mundo se converte num cenário, os indivíduos em personagens. Cidade – cinema. Tudo é imagem” (PEIXOTO, 1990, p. 361). Assim, o edifício que ainda nos anos de 1970 apresentava características estilísticas da arquitetura eclética é encoberto por placas e letreiros, passando a ser um elemento de mídia, contribuindo para a transformação da identidade do lugar.

Já Venturi *et al.* (2003) analisam a arquitetura comercial com um foco específico na cidade de Las Vegas, nos EUA, cidade cuja principal avenida, a *Strip*, abriga diversos cassinos e hotéis, destacando-se por possuir uma arquitetura composta por uma grande quantidade de letreiros e de luminosos. Venturi *et al.* (2003) assume a arquitetura de Las Vegas como um fenômeno de comunicação, sem questionar os valores morais que envolvem a relação da propaganda e sua relação com o usuário desse espaço. Segundo o autor, “a moralidade da propaganda comercial, dos interesses do jogo e do instinto competitivo não está em questão” (VENTURI *et al.*, 2003, p. 27), apesar de acreditar que esta percepção faz parte das tarefas mais amplas do arquiteto.

Através desta análise, a arquitetura comercial que se apresenta em Las Vegas unicamente através de placas luminosas é classificada como antiespacial (VENTURI *et al.*, 2003, p. 40). Segundo estes autores: “uma arquitetura mais de comunicação do que de espaço; a comunicação domina o espaço como um elemento na arquitetura e na paisagem” (VENTURI *et al.*, 2003, p. 40).

Tal entendimento sobre a arquitetura, que é representada pelo letreiro como antiespacial, coincide com a definição de Peixoto, que a traduz não como uma construção, mas como uma “representação da construção” (PEIXOTO, 1990, p. 361), ou seja, o edifício construído tem como objetivo principal a comunicação, neste caso, em forma de publicidade. Relacionando, assim, arquitetura e publicidade, Venturi *et al.* (2003, p. 35) compreendem a arquitetura comercial como uma “arquitetura de persuasão”.

Para compreender a “arquitetura de persuasão”, Venturi *et al.* (2003, p. 35) demonstram a diferença entre a comunicação existente em um bazar árabe, ou seja, em uma antiga forma de comércio, e a loja ocidental dos tempos atuais. No bazar, a relação entre o produto comercializado e o consumidor se dá pela proximidade que existe entre ambos (os sons, os odores, o tato contribuem para tal). Há, neste caso, o que o autor denomina de “persuasão oral explícita”, em oposição aos tempos atuais, em que a “embalagem gráfica substitui a persuasão oral do vendedor e o sinal gráfico, no espaço se tornou a arquitetura dessa paisagem” (VENTURI *et al.*, 2003, p. 39).

Nesta paisagem comercial, salientam Venturi *et al.*, a arquitetura não é suficiente. “Uma vez que as relações espaciais são feitas mais por símbolos do que por formas, a

arquitetura nessa paisagem se torna mais símbolo no espaço do que forma no espaço” (VENTURI *et al.*, 2003, p. 40). Chega-se, então, ao extremo de a própria construção ser o anúncio, como exemplificam os autores, com a edificação denominada “O Patinho de *Long Island*”, que é símbolo escultural e abrigo arquitetônico” (VENTURI *et al.*, 2003, p. 40).

Também se observa na arquitetura da *Strip*, de Las Vegas, que apenas as fachadas frontais das edificações têm tratamento estilístico, os fundos da edificação não são tratados plasticamente, “mesmo os cassinos dão suas costas ao entorno local, expondo formas e espaços residuais dos equipamentos mecânicos e áreas de serviço” (VENTURI *et al.*, 2003, p. 53).

Enfatizando a imagem, acima do processo ou da forma, Venturi *et al.* (2003) apresentam a manifestação arquitetônica que é denominada “Galpão Decorado; tipo de edifício cujos sistemas de espaço e estrutura estão diretamente a serviço do programa, e, o ornamento se aplica sobre estes com independência” (p. 119).

“O pato é a edificação especial que é um símbolo; o galpão decorado é o abrigo convencional a que se aplicam símbolos” (VENTURI *et al.*, 2003, p. 119). Os autores estudados concordam com o fato de a arquitetura comercial atual ser orientada para o automóvel, típica do espalhamento (sic) urbano. Outrossim, para Venturi *et al.* (2003, p. 119), a arquitetura comercial “procura defender o simbolismo do feio e do banal na arquitetura e a significação particular do galpão decorado, com frente retórica e fundos convencionais: por uma arquitetura como abrigo com símbolos por cima”.

Mas, como associar esta arquitetura descrita por Venturi *et al.* (2003) e Peixoto (1990) à arquitetura existente nos sítios históricos do Centro recifense, visto que as lojas dos sítios históricos estudados são localizadas em espaços de passagem, direcionados ao consumidor que anda a pé, e as lojas descritas por Venturi *et al.* e Peixoto encontram-se em corredores viários de maior velocidade?

Partindo das funções básicas do varejo, estabelecidas pelas teorias do marketing varejista: “i) fornecer uma variedade de produtos e serviços, ii) dividir lotes em pequenas quantidades, iii) manter estoque e iv) fornecer serviços” (BERNARDINO *et al.*, 2004, p. 17), percebe-se que, morfológicamente, a resposta para atender a estas funções resume-se em: espaço de venda (aquele que abriga as atividades relacionadas ao fornecimento de uma variedade de produtos e serviços) e espaço de depósito (aquele que abriga as atividades relacionadas à manutenção de estoques e divisão de lotes de mercadorias).

Estas funções básicas do varejo condicionam, atualmente, as transformações morfológicas da arquitetura comercial (nos sítios históricos ou em outras áreas da cidade). O edifício comercial, atualmente, abriga o espaço de depósito e o espaço de comércio. Os edifícios das áreas históricas estudadas abrigavam o espaço do comércio e o espaço da residência.

No espaço público urbano criam-se as “situações de comunicação” (BLACKWELL *et al.*, 1999, p. 508), e as fachadas dos imóveis contribuem para isso. “Galpões decorados”

(VENTURI *et al.*, 2003, p. 119) ou sobrados enfeitados são veículos (cenários) formadores das situações de comunicação, seja para o pedestre (expondo mercadorias nas calçadas, com portas largas, com alto-falantes ou letreiros), seja para o consumidor motorizado (com painéis luminosos e grandes placas ou com figuras excêntricas como o pato).

5 I POR GARANTIAS DE PRESERVAÇÃO - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As casas térreas e os sobrados, construções típicas, presentes e formadoras da estrutura urbana do Recife, vêm sofrendo um longo e persistente processo de transformação nas suas estruturas externas, colocando em risco a sua permanência e conseqüente preservação dos sítios históricos da cidade (a figura 10 ilustra os principais processos de transformação do sobrado e da casa térrea identificados).

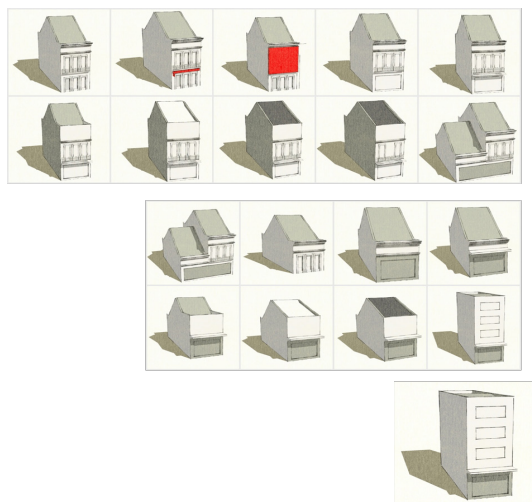


Figura 10. Principais modificações identificadas no sítio pesquisado.

Fonte: Silva, Paula Maciel...[et al.], organizadores - [Recife: UNICAP,2018]. 340p.: il. -- Plano Centro Cidadão; v.2), p.74

As primeiras transformações ocorridas ainda na primeira metade do século XIX, atendendo a exigências formalizadas nas posturas municipais, resultaram, entre outras coisas, na introdução da platibanda no plano frontal da fachada, que, além de esconder a calha, desvia as águas pluviais da calçada e é suporte de ornatos e uma variedade de elementos compositivos aplicados a essas fachadas. Tais elementos, ao gosto do ecletismo do final do século XIX e início do século XX, assumem novos desenhos, de linhas geométricas, seguindo as tendências estilísticas pratoracionalistas ou modernas do século XX. Essas transformações ou modificações no desenho e tratamento das fachadas, entretanto, não significam uma alteração das tipologias arquitetônicas estudadas. A estrutura definidora das casas térreas e sobrados, remanescentes das primeiras ocupações,

não sofrem alterações a ponto de comprometer a permanência desse tipo na paisagem recifense.

A transformação do tipo estudado ocorre de forma intensa a partir das décadas de 1960 e 1970. O deslocamento da população residente no seu centro histórico tradicional para novos bairros repercute nas edificações que, com a perda da função residencial, passam a abrigar exclusivamente as atividades comerciais e/ou de prestação de serviços, usos que requerem uma nova organização programática. Conforme demonstrado, a transformação no plano da fachada não se restringe apenas a uma atualização estilística com os novos desenhos ou formas aplicadas à platibanda, mas contempla também a introdução de novos elementos, como a marquise, abertura de porta larga, instalação de anúncios e letreiros, entre outros.

As configurações espaciais, tanto nas edificações térreas como nos sobrados, são convertidas ao programa comercial/prestação de serviço. Com a expansão dessas atividades e a necessidade de acréscimo de superfície do uso comercial, recorre-se à interligação de uma ou mais unidades que, em muitos casos, passam a ocupar todo o terreno, suprimindo os quintais das antigas construções. Essas intervenções, não apenas transformam a escala e a volumetria dos antigos sobrados e casas térreas, como também destroem o parcelamento do solo remanescente da ocupação colonial. Nos casos mais radicais, conjunto de casas é demolido para construção de um novo edifício. As modificações agora não apenas introduzem novos elementos ou modificam os originais, suprimem ou simplificam os ornatos no tratamento da sua fachada visível, mas também incorporam uma nova linguagem arquitetônica, ou mesmo convertem as antigas edificações descaracterizadas em edifícios “containers”. Surge, assim, uma nova tipologia arquitetônica nos centros históricos preservados.

A partir das ideias de Peixoto (1990) e Venturi *et al.* (2003), observa-se uma nova reflexão na transformação do edifício comercial no contexto da sociedade contemporânea, que traduz a arquitetura não como uma construção, mas como uma “representação da construção” (Peixoto, 1990, p. 361). Nesse caso, o edifício construído tem como objetivo principal a comunicação em forma de publicidade. Relacionando arquitetura e publicidade, Venturi *et al.* (2003, p. 35) compreendem a arquitetura comercial como uma “arquitetura de persuasão”, na qual, para atingir seus objetivos, a edificação assume as mais diversas formas ou é apenas um suporte para aplicação dos diferentes meios de publicidade. Diante das expectativas geradas pelo uso comercial, não se pactua qualquer compromisso com as preexistências. Estabelece-se, assim, um conflito entre a preservação e a modificação do patrimônio construído, e, dessa forma, das tipologias arquitetônicas que conformam os sítios históricos da cidade.

Entende-se que a inserção de novos usos ou programas nas edificações preservadas tem sido uma condição para manutenção e conservação dos conjuntos históricos e das antigas estruturas. O reconhecimento e a proteção legal do patrimônio construído parece

não ser suficiente para preservação efetiva das antigas casas térreas e dos sobrados típicos da paisagem recifense. Quais os limites entre a preservação das tipologias herdadas da formação urbana do Recife e a inserção de novos usos e das novas demandas programáticas? O reconhecimento de valor histórico ou artístico conferido ao edifício ou ao conjunto urbano significativo por representar um determinado momento cultural não será suficiente para garantir a permanência da edificação?

REFERÊNCIAS

BERNARDINO, Eliane de Castro et al. **Marketing do varejo**. Rio de Janeiro: Editora FGV Management, 2004.

BLACKWELL, Roger; MINIARD, Paul; ENGEL, James. **Comportamento do consumidor**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**. Recife: Global Editora, 2003.

MELLO, Evaldo Cabral. **A Fronda dos Mazombos**. São Paulo: Editora 34, 2003.

NÓBREGA, Maria de Lourdes Carneiro da Cunha. **Todo caminho dá na venda. A influência do comércio de varejo nas transformações físicas do espaço urbano. Os bairros do Recife, Santo Antônio e São José. 1970-2006**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SILVA, Paula Maciel. [et al.], organizadores - [Recife: UNICAP,2018]. 340p.: il. -- **Plano Centro cidadão**; (v.2), p.74

PEIXOTO, Nelson Brissac. **Paisagens urbanas**. São Paulo: SENAC, 2003.

PEIXOTO, Nelson Brissac. O olhar do estrangeiro. In: NOVAES, Adauto et al. **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

RECIFE. **Decreto nº 13.957 / 1979**. In: PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Preservação de Sítios Históricos. Recife. p. 13-15. Prefeitura do Recife.

SMITH, Robert C. **Igrejas, casas e móveis: aspectos de arte colonial brasileira**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Recife: MEC / UFPE, 1979.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial**. 2002. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2002.

VENTURI, Robert; BROWN, Denise Scott; IZENOUR, Steven. **Aprendendo com Las Vegas**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2003.

ZANCHETI, Silvio; MARINHO, Geraldo; LACERDA, Norma (Org.). **Revitalização do Bairro do Recife. Plano, regulação e avaliação**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

SOBRE A ORGANIZADORA

JEANINE MAFRA MIGLIORINI - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em Tecnologia de Design de Interiores e em Tecnologia em Gastronomia pela Unicesumar; Especialista em História, Arte e Cultura, em Docência no Ensino Superior: Tecnologia Educacionais e Inovação e em Projeto de Interiores e Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educadora há treze anos, iniciou na docência nos ensinos fundamental e médio na disciplina de Arte. Atualmente é professora no ensino superior da Unicesumar. Arquiteta e urbanista, desenvolve projetos arquitetônicos. Escolheu a Arquitetura Modernista de Ponta Grossa – PR como objeto de estudo, desde sua graduação.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade arquitetônica 301, 315, 317

Agache 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 197

Arquitetura emergencial 267, 272, 273, 274, 275

Arquitetura moderna 57, 116, 118, 122, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 160, 161, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 182, 183, 186, 197, 242, 244, 299

Arquitetura vernacular 68

C

Conservação urbana 82, 99, 150

Consumo e apropriação espacial 225

D

Desterritorialização 263, 267, 268, 269, 272

Diáspora africana 82, 83, 84, 86, 96

Dimensão ribeirinha 288, 289, 290, 292, 293, 295, 296, 298

Dinâmica da cidade 225

E

Economia criativa 225, 226, 230, 233, 236, 237

Educação patrimonial 91, 92, 96, 97, 214, 216, 217, 220, 221, 223, 224

Espaço urbano 45, 52, 53, 55, 56, 62, 63, 67, 159, 220, 222, 225, 236, 302

Estação ferroviária 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 235, 236, 237

H

Habitação social 278, 284, 286

I

Investigação projetual 128

IPHAN 2, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 69, 70, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 98, 114, 141, 173, 176, 189, 194, 195, 197, 224, 299

M

Mercado municipal 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 112

Modernismo 99, 100, 105, 139, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 195

Monumento nacional 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42

N

Normatização 23, 301, 307, 310

P

Paisagem cultural 54, 69, 99, 108, 150, 151

Paisagem sertaneja 68, 78, 80

Patrimônio cultural 14, 16, 18, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 32, 33, 35, 42, 82, 83, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 99, 100, 105, 113, 118, 126, 137, 176, 184, 214, 216, 218, 221, 237

Patrimônio digital 13, 26

Patrimônio histórico 33, 34, 35, 39, 43, 44, 51, 52, 54, 55, 67, 80, 81, 82, 90, 105, 113, 114, 139, 146, 173, 176, 233

Patrimônio moderno 116, 118, 122, 125, 126, 138, 171

Patrimônio rural 68, 69, 70, 72, 74, 78, 79, 80, 81

Patrimônio urbano 82, 99, 102

Pertencimento 31, 90, 214, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 263, 267, 272, 274, 275

Planejamento urbano 23, 44, 55, 62, 197, 225, 230, 231, 233, 236, 237

Projeto de arquitetura 288, 289, 293, 294, 299, 300

R

Reforma psiquiátrica 255, 256, 261, 262, 264, 265, 266

Representações sociais 44, 51, 52, 264, 275

Requalificação urbana 225, 236, 238

Residência universitária 146, 148, 149, 301, 302, 303, 307, 308, 309

Restauração crítica 1, 2, 4, 8, 10

Rotas culturais 99

T

Técnicas de registro 13, 21, 26

Tombamento 5, 23, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 41, 42, 43, 79, 88, 92, 105, 114

Turismo cultural 37, 82, 83, 90, 96, 98, 99

Turismo étnico- afro 82, 83, 84, 96

U

Urbanismo 12, 13, 14, 80, 85, 99, 108, 113, 114, 116, 126, 127, 128, 129, 137, 139, 140, 150, 151, 163, 171, 172, 174, 183, 184, 185, 187, 188, 192, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 204, 206, 212, 213, 214, 216, 217, 238, 240, 247, 254, 256, 260, 265, 287, 288, 294, 298, 299, 318

Urbanismo colonial 199, 204

Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

🌐 www.atenaeditora.com.br




✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br